



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR O
FUNCIONAMENTO DOS VALETS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

(PROCESSO RDP Nº 08-00056/2017)

PRESIDENTE: SONINHA FRANCINE

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 12 DE JUNHO DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) - Às 11h30, com a presença da Vereadora Soninha Francine, Presidente, declaro que não há número legal para abertura de reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o funcionamento dos *valets* no Município de São Paulo por uma série de contingências que impediram ou a vinda dos Vereadores para a reunião inclusive por que dois deles estão participando neste mesmo momento de uma audiência pública na Casa ou porque não chegaram a tempo.

Pergunto aos convidados se estariam dispostos a participar de uma reunião de trabalho da Comissão e fazer assim a exposição para que se prepararam ou se preferem voltar em outra ocasião.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – Para mim, tudo bem. Qualquer situação.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Sem objeção.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Então, vou suspender os trabalhos por alguns minutos para aguardar os Vereadores que estão a caminho, embora não haja muito tempo para dar o quórum conforme o Regimento, mas têm interesse na exposição também.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência da Sra. Soninha Francine.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Vamos reabrir a reunião e caso os outros Vereadores cheguem já começados as informações, os depoimentos, eles vão ter acesso a isso por meio da gravação e da Taquigrafia.

Então, consultando as Notas Taquigráficas da outra reunião, nós falamos sobre o uso de *tablets* para fiscalização pelos agentes vistorres acoplados a uma impressora. O *tablet* dispõe de todas as telas, todos os formulários para que ele faça as atuações, tem impressora

acoplada. Os agentes se queixam do peso, do desconforto da impressora e, depois, foi dito que não são todos os agentes vistoros das prefeituras regionais que dispõem dos *tablets* para ir a campo.

Então, nós fizemos o requerimento sobre quantos são os *tablets* disponíveis e nós recebemos a resposta. A quantidade de *tablets* utilizados no sistema de gerenciamento da fiscalização, 554 foram entregues para as prefeituras regionais de um total de 699; outros foram entregues a outras unidades de fiscalização.

Então, 554 ficaram com as prefeituras regionais. O maior de *tablets* em uma única subprefeitura é o da Sé, 44 *tablets* entregues. Depois, nós temos Mooca com 26, assim como Pinheiros e Itaim Bibi. Vila Mariana, com 29. Ipiranga, 24; Butantã, 23. Não sei se eu já disse, Lapa, 25; Penha, também 23.

Em uso dos 554 são 346 *tablets*. A Sé, por exemplo, que tem 44, tem três em uso e 13 sem uso, consta estariam como equipamentos de reserva. Vila Mariana 19 em uso, 10 de reserva. Pinheiros também 19 em uso, sete em reserva. Penha 14 e 9 na reserva. Mooca 18; Vila Mariana 14; Lapa 17.

Então do total de 554, 346 teoricamente em uso. Cento e noventa e quatro sem uso, como reserva, equipamento de reserva; nove constam como sem uso por defeito; e cinco foram furtados, desde que foram distribuídos. Um na Sé, um em Pirituba, um em Parelheiros, um na Lapa e um no Itaim Paulista.

Pela ordem, Vereadora Edir Sales.

A SRA. EDIR SALES – Eu achei que essa apuração foi muito importante, essa resposta muito importante. Já aproveitando o ensejo, que estamos recebendo aqui autoridades da Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais, não é isso? Então, eu gostaria que V.Sas. levassem até o Secretário, aproveitando o ensejo deles aqui, já, que é superimportante a vinda de vocês e já agradecendo as Subprefeituras na cidade de São Paulo.

Eu comentava agora com a minha querida Presidente, Vereadora Soninha, e ela

que já foi Prefeita Regional, inclusive também ficou indignada, como eu estou, de saber que há Prefeituras na cidade de São Paulo, pelo menos eu conheço uma, eu gostaria que vocês fizessem a fiscalização porque eu não vou aqui nominar, que não tem CPDU, funciona sem supervisor de licenciamento, sem aprovação, sem supervisor de fiscalização e com coordenador de CPDU completamente inexperiente e isso está causando sérios problemas. Eu posso dizer até: é na Vila Prudente. Sérios problemas estão causando porque os processos estão parados, processos que antes demoravam um mês, agora estão demorando mais de seis meses, sete meses, até um ano, ou nem sei quanto tempo mais.

Então, é superimportante que seja feita ali uma avaliação, uma fiscalização, que seja feita uma visita por alguém de vocês para verificar que esse é um problema muito sério que temos na região. São muitas demandas que estão ali paradas. Aproveitando o ensejo já, nossa querida Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Vocês convidados querem fazer uma manifestação a respeito do assunto fora da pauta? Se não, voltamos à pauta da CPI. Então a Secretaria informa que o próprio João Floriano Faustino aqui presente, assim como o Carlos Roberto Candella assinam o ofício aqui, o documento. Setenta e cinco *tablets* foram emprestados à Secretaria Municipal de Segurança Urbana e estamos no aguardo de sua devolução para receber em número de patrimônio, dependendo do seu estado de conservação, serão distribuídos para as prefeituras regionais que necessitarem.

Vinte e seis *tablets* estão sendo inventariados pela Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais, podendo ter pequena variação nas quantidades indicadas em consultas às unidades que recebemos *tablets*, contabilizamos 12 que estão sem uso por apresentarem defeito e seis foram furtados. E nós recebemos agora também um documento em resposta ao nosso pedido de informações sobre o atual sistema de fiscalização utilizado pelos agentes gestores, o USGF, que vem sendo implantado em etapas. A primeira fase de implantação começou em julho de 2016, implantados o módulo de fiscalização de campo, o módulo de

rotina de fiscalização, o módulo de cadastros e informações, o módulo de administrações dos sistemas e aí foram substituídos os talonários em papel, pela emissão eletrônica, *tablets*, com a impressora térmica.

Essa fase foi concluída em julho de 2017, um ano depois. A segunda fase começou em agosto do ano passado com a implantação dos módulos de registro de solicitações, atribuição de tarefas, supervisão local e produtividade e, segundo consta do documento, foram melhorados os módulos de rotinas de fiscalização e fiscalização de campo. Com a implantação da segunda fase, completaram-se as principais fases e funcionalidades do SGF.

Solicito à Vereadora Edir Sales, Vice-Presidente, que faça a leitura do documento, a partir desse ponto.

A SRA. EDIR SALES – Sim senhora.

- É lido o seguinte: (funcionalidades do sistema com a implantação da segunda fase...)

A SRA. EDIR SALES – Agora partirmos aqui, Sra. Presidente, para o resumo geral dessa segunda fase.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Aí nós temos a quantidade de autos de fiscalização registrados na primeira fase, entre julho de 2016 e julho de 2017, entre 10 e 15 mil. Aqui, pelo modo impresso, não dá para... Alguma coisa em torno de 13 mil. E, na fase..., a partir dessa segunda fase, que começou em agosto de 2017, o registro de mais de 25 mil. Cálculo visual aqui: 27 mil – auto de fiscalização. Quer dizer, um número significativamente maior desde a implantação.

Quantidade de multas lavradas e importadas. Na primeira fase, um pouco mais de 19.430. Na segunda fase, um pouco mais de 19.470.

Montante lavrado por fase de implantação. Aí, temos aqui a classificação por valores. Lembrando que todos esses documentos vão ficar disponíveis no *site* da Câmara Municipal, no *link* da CPI, no *link* Documentos.

Quantidade de multas lavradas. Como recebemos esse documento agora, também estamos tomando pé dele. Aí, vem a descrição do que será a terceira fase de implantação, que permitirá inteiração com o munícipe. Está em desenvolvimento, com meados... com previsão para meados do próximo ano, constituindo no módulo portal da fiscalização, portal, na internet, que possibilitará aos munícipes entrar com requerimentos diretamente pelo sistema, tais como: pedido de defesa e recurso contra a lavratura de autos de multa; desembargo de obras; desinterdição de estabelecimento; cópia de autos de multa; vistas ao processo eletrônico; comunicação de regularização de muro, passeio e limpeza, dentre outros.

Então, está em fase de desenvolvimento e haverá, dentre outras funcionalidades: informações aos munícipes em relação às posturas municipais; relação de estabelecimentos irregulares por uso não permitido, conforme obrigação prevista no artigo 145, da Lei 16.402, de 2016; acesso ao cadastro dos *valets*, que é o que nos diz respeito mais diretamente aqui.

Então, nós temos hoje a presença do Carlos Roberto Candella, Supervisor Geral da Supervisão Geral de Uso e Ocupação do Solo, da Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais, e de João Floriano Faustino, Agente Vistor, que já estiveram aqui em outras ocasiões. O Candella, recém-chegado à Secretaria, se não me engano, quando esteve aqui na primeira reunião da CPI...

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – No cargo.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – No cargo, no cargo. Na Prefeitura... Testemunha ocular da história há muito tempo.

E como temos dito aqui, na CPI, nós temos interesse em identificar, detectar, diagnosticar todos os problemas com as normas em si – leis, decretos regulamentadores -, o instrumental de que nós dispomos para a fiscalização, para a autuação; nos procedimentos e, eventualmente, lógico se for o caso, na conduta. Quer dizer, em todas essas etapas nós podemos ter problemas que nos interessa identificar aqui. A lei pode ter – e já concluímos que tem – problemas em sua redação, como a exigência de um curso que não existe disponível no mercado para a formação de manobristas do serviço de *valet*. O decreto já foi reeditado mais de uma vez e pode..., né... Faremos sugestões de nova redação. E tem o instrumental à disposição dos agentes vistores, além do próprio número de agentes vistores à disposição da Secretaria das Prefeituras Regionais. E nós queremos ouvir, tanto quanto possível, todas as partes envolvidas: o empresário de boa-fé, que quer seguir todos os passos para exercer a sua atividade, de forma regular. Nós temos interesse em saber as dificuldades que ele enfrenta, aí, nessa relação com o Poder Público. E os servidores de boa-fé que também têm interesse em fazer com que o processo funcione adequadamente, e que são, ali, as testemunhas das dificuldades diárias, dos problemas que podem ser corrigidos eventualmente com interferência, aqui, desta Casa legislativa.

Então, eu começo perguntando para vocês se vocês têm alguma coisa já preparada para nos informar, para nos expor em relação a esse objetivo da CPI, de tornar o processo o

melhor possível para a regularização dos empreendimentos daqueles que têm intenção de regularizar, e para a identificação e penalização daqueles que não o fizeram.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Meu nome é Carlos Roberto Candella, Supervisor Geral de Uso e Ocupação do Solo.

Nós estamos na Secretaria, agora, desenvolvendo um processo eletrônico de todos os TPUs, inclusive dos *valets*. Então, a facilitação que ele..., o interessado vai, através do meio eletrônico, ele vai ver quais são os TPUs que estão disponíveis.

A gente está pensando em colocar bancas de jornal, mesas e cadeiras nos comércios, todos os tipos de TPUs possíveis. Então, ele vai ter ali uma coisa que ele entra no sistema... Também comida de rua... O que se pretende é assim: os Prefeitos Regionais eles dizem, deixam disponíveis quais seriam aqueles locais que eles entendem que podem ser colocados. Então, ele entra lá, ele faz a pesquisa: “Ali tem um local, eu quero...”. Eu estou falando agora do sistema em geral, não é de *valets*. Ele vai lá e olha aquele local, ele vê, se possível ser colocado. Então, ele vai dizer que tipo de espaço, quanto que ele quer; o sistema vai fazer a cobrança, e ele vai poder sair sem ter um contato com o funcionário da Prefeitura, que isso também é uma coisa boa, porque é uma transparência, não tem nenhuma interferência do humano, no caso. E o vale também, só que o vale tem aquele problema que tem que ir para o CET. Ele vai entrar com o pedido do *vale*, vai preencher todos os sistemas, tal; se tudo estiver corrigido, vai ser encaminhado para o CET, o CET vai colocar lá as suas obrigações que ele quer, retornar à Prefeitura Regional, e aí ele vai ter que, depois, pagar o custo que o CET cobra para fazer a implantação da sinalização. Se estiver tudo correto, ele vai obter o TPU dele, de *valets*. E, junto com isso também, a gente vai disponibilizar – porque a própria legislação assim exige – a quem tem TPU. Então, vai estar lá, o contribuinte vai poder acessar o sistema e vai ver se lá tem um TPU formalizado, regularizado. Então, acho que esse passo que está sendo agora já discutido, já foi feito um primeiro rascunho, estamos trabalhando com a Prodam, e isso vai ser implantado gradativamente.

Então, creio que, assim, o que nós estamos agora fazendo primeiramente é o dos *valets*, até, talvez, para atendimento da CPI. Então, acho que esse é um avanço também no sentido de colocar. Agora, como a Soninha, a Presidente, também falou, a legislação, às vezes, é difícil, a gente olha ali, o cara tem que pagar também um profissional, um arquiteto, tal, para fazer uma coisa que simplesmente qualquer um poderia fazer. Então, você cria obrigações, isso é um custo, que às vezes o cara fica pensando: “Hoje está difícil o comércio”. Então, tudo o que você agrega, assim, de custo, ele tem que passar para o cliente; o cliente já está difícil de... Então, acho que, nesse sentido de ele obter a licença, a gente vai fazer sistema eletrônico, mas se a legislação não for, assim, menos... Tem que ser razoável. Acho que o interesse da Administração é conseguir que todos estejam regularizados. Quando você entrega seu carro, você tem certeza de que ali vai ter uma empresa que vai ser responsabilizada se houver algum dano. Isto que eu acho que cabe ao setor público: fazer essa coisa de estar fiscalizando no sentido de que o cidadão tenha o melhor serviço possível.

Então, acho que, nesse sentido, sim. Agora, depois acho que tem que rever mesmo a legislação. Não adianta, você cria lá uma legislação que fica punindo, punindo, punindo, aí eles se afastam; boa parte que a gente tem notícias, eles estão, ao invés de tentar fazer um TPU, eles colocam dentro dos limites do imóvel dele, aí acarretam outros problemas de trânsito, de uma série de coisas. Então, a gente precisa, assim, balizar. O que a gente tem que fazer é isso, acho que é o papel do Poder Público, que tem que facilitar ao cidadão. Nesse sentido que a gente falou, de colocar isso como um meio eletrônico, acho que facilita muito, mas acho que precisa mesmo dar uma revisão na legislação.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Em relação aos *tablets*, a gente vê que tem um número muito grande de *tablets* sem uso nas Prefeituras Regionais, alegadamente porque estariam em reserva, não foram nem cadastrados, pelo o que vocês informam aqui, não chegaram a ser...

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Alguns são da própria reserva; de

outros, alguns agentes vistoros não configuraram no sistema. Então, no momento em que a gente tira o relatório, se ele desconfigurou por algum problema e vai se configurar mais tarde e acaba não saindo lá. Então, para a gente não ficar... la perder muito tempo ficar...

P – Verificando.

R – Ligando para as Prefeituras, fazendo com que eles façam. Mas a quantidade são essas aí; elas variam por conta também porque alguns, quando eles mudam de uma Prefeitura Regional para outra, eles deixam naquela Prefeitura; fica de reserva, quando eles vão à outra, eles pegam a de reserva.

P – Existem agentes vistoros que trabalham ainda sem usar o *tablet*?

R – Sim. Quando ele está num cargo de chefia, o supervisor de fiscalização é o chefe de unidade, ele faz o gerenciamento da sua unidade. Então, ele não vai a campo. Então, o *tablet*, praticamente, como a gente tem escrito, ele é uma substituição do talonário em papel. Então, ele é para uso de quem vai a campo lavrar os autos de multa.

P – Sim. Mas, então, hoje não existe mais uma multa que não passe pelo sistema eletrônico, que seja feita no talonário, no papel?

R – Não. Desde a edição da Portaria 35, de 2017, de 1º de agosto de 2017, o formulário em papel foi extinto.

P – Em relação a essa previsão da terceira fase, para metade do ano que vem, do ponto de vista de dotação orçamentária, vocês acreditam que existe uma previsão realista? Porque a gente está aqui no processo de aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que lá no seu anexo especifica algumas metas, e eu gostaria de saber a avaliação de vocês, se esse é um valor razoável ou se, conhecendo, na prática, como as coisas funcionam, se ele é otimista, pessimista.

R – Sim, a primeira e segunda fase, era um contrato com a Prefeitura Regional e a Prodam, e esse contrato já se esgotou, já foi. Em termos de pagamento, eu não sei se foi pago totalmente, mas ele teve lá um recurso. Na terceira fase, foi um novo contrato entre a

Secretaria e a Prodam, que foi reservado um orçamento e, a partir daí, foi questão de desenvolvimento. A gente fala meados do próximo ano, porque é o prazo final, mas eles sempre trabalham para entregar, se possível, no início ou até no final deste ano.

P – Ahã. Aqui, dentro do projeto Empreenda Fácil, está dentro desse projeto, mas o impacto disso não é só sobre o Empreenda Fácil. A gente tem aqui uma linha de ação, 55,4. Estou falando aqui do anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do projeto lei: “Ampliar o link de acesso à internet das 32 Prefeituras Regionais”. Prefeituras Regionais com *link* de acesso à internet, ampliado para 16 mega. Entrega prevista, oito; e o valor necessário previsto, um milhão, 440 mil reais. Vocês sabem...? Claro que eu não pedi essa informação antes, então talvez vocês não tenham essa resposta aqui. Mas essa entrega física prevista significa que oito novas prefeituras regionais teriam o *link* ampliado para 16 mega? É isso?

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – Detalhado, a gente não tem, porque a SMIT e a Prodam que trabalham com essa parte tecnológica, né.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Porque, se forem só oito, sobram 24 prefeituras que ou já tiveram o seu *link* ampliado, ou que vão ficar na fila. Vocês sabem dizer, quanto à capacidade do *link* das prefeituras regionais, o quanto a gente está defasado em relação a isso? O quanto precisa? Porque, senão, a gente fala aqui em melhorar aqui as condições disso e daquilo, e depois você esbarra numa condição...

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – É que nessa parte a gente... não sei se...

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – O Empreenda Fácil é aquela fase que agora o sistema SIMPROC, pelo que a SMIT colocou, vai ser tirado do ar e vai ser tudo pelo processo SEI. Então, a pessoa tem que ir à prefeitura regional protocolar o processo que seria mantido físico; então, ele tem que escanear. O que a gente tem notícia é que isso aí está de acordo com a necessidade para o Empreenda Fácil. Então, a pessoa vai poder escanear ali. Por isso é que as prefeituras que não tinham essa capacidade estão dentro de uma capacidade razoável de atendimento à população.

P – Do ponto de vista do licenciamento dos *valets* e da fiscalização dos *valets*, o que as prefeituras regionais dispõem hoje de equipamento de informática e conexão à internet impacta negativamente, ou não?

R – Esses 16 megas?

P – Eu digo a estrutura de informática das prefeituras regionais, tanto os equipamentos, computadores e as conexões de internet. Vocês diriam que precisaria haver um investimento nisso para melhorar o processo de licenciamento dos *valets* e de fiscalização, ou não chega a impactar?

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – Os comentários... Em torno da reclamação das prefeituras é justamente dos *links* da internet e a quantidade baixa de computadores disponíveis para os agentes vistoros. Inclusive, estou tentando lembrar, acho que foi hoje que eu vi alguma notícia no portal da Prefeitura em relação a esse assunto. É uma notícia do SMIT falando dos *links*, impressores para as praças de atendimento. É uma notícia que está lá.

P – Então,... Porque para nós é importante que isso chegue, se existe essa reclamação. A gente sabe informalmente que existe, mas se chegar uma informação concreta para a CPI de que não é possível executar o nosso serviço com a qualidade necessária por falta de equipamentos, por falta de uma conexão melhor com a internet, por falta de... E que isso possa ser traduzido em termos de recurso orçamentário, acho que a CPI tem a obrigação também de fazer constar, de levar para a relatoria do projeto de lei do Orçamento essa observação. Então, que a reclamação existe, a gente sabe, chega aqui formalmente, informalmente. A gente mesmo lida com isso bastante o tempo todo. Então, eu quero solicitar a vocês que façam constar isso do ponto de vista específico da CPI: do licenciamento e fiscalização dos *valets*. Digamos: precisaríamos ter no mínimo mais um agente vistor por subprefeitura. Claro que isso não quer dizer que a CPI vai exigir, e isso vai acontecer, mas isso seria importante para que a finalidade da CPI que é ter um serviço de *vale*t regular, seguro, funcionando na cidade de São Paulo, seria importante aumentar o quadro de agentes vistoros?

Aliás, a gente já fez essa solicitação, queremos saber quantos agentes vistores cada subprefeitura tem à sua disposição, quantos estão em vias de se aposentar, porque se for o caso a CPI vai recomendar, vai lembrar ao Governo que é necessário abrir um novo concurso, um novo processo para contratação de agentes vistores, por exemplo.

R – Creio que essa resposta não veio, das quantidades.

P – Acho que do número de agentes vistores...

R – Porque só passaram para nós as quantidades totais. Até recebi pelo... Agora, acho que foi entregue uma planilha, não sei se chegou a resposta para vocês.

Então, uma coisa que todos comentam, que pelas quantidades de legislações que a gente tem que fiscalizar para que atendesse todos os comandos, todas as fiscalizações, por exemplo, não só de *valef*, agora tem essa lei de fogos de artifício, tem tantas outras leis que vão surgindo, aumenta a quantidade de leis a serem aplicadas e vai diminuindo a quantidade de agentes vistores disponíveis para fiscalização.

A gente faz os levantamentos, tem Prefeitura que tem quatro agentes vistores e 12 setores de fiscalização. Então a gente tem que se desdobrar para atender toda a legislação e acaba sempre caindo na responsabilidade do fiscal que é daquele setor, as reclamações, preocupações principalmente deles são essas.

P – Quero me corrigir aqui. Chegou sim a informação sobre o número dos agentes vistores por prefeitura regional.

Eu pergunto, a questão é, a partir dessa resposta vou já... A gente tem cópia do documento aqui? Ele já está publicado será? Então eu consigo abrir aqui.

A gente consegue ter uma... tirar uma conclusão nossa, ah, eu acho que é pouco. Vocês têm, existem instrumentos formais para dizer qual seria o número adequado, o número mínimo necessário, número ideal pelo seguinte: as áreas de fiscalização são muito diferentes umas das outras. A Subprefeitura de Pinheiros tem ali a região da Vila Madalena, outras prefeituras têm outras regiões com concentração de casas noturnas, tal. Isso impacta a

fiscalização de *valets* e de uma série de outras coisas, mesa e cadeira na calçada.

Quer dizer, existe alguma metodologia que se possa aplicar para dizer qual seria o número mínimo e ideal de agentes vistores por setor? Isso já foi feito? Já existiu alguma coisa nesse sentido?

R – Sinceramente, desde quando a gente está na Secretaria não teve esse tipo de levantamento. Sei que no último concurso, foi lá em 2002, a previsão era que tivesse em torno de 1.200 agentes vistores, naquela época. Hoje, pelo resumo, acho que são 421 que tem.

Então tem essa defasagem. Então com essa quantidade é difícil as prefeituras se organizarem, porque têm algumas que tem uma obrigação, tem uma legislação que obriga que cada setor fiscal tenha um agente vistor responsável, mas, tem Prefeituras que não fazem isso por conta da quantidade de agente vistor e acaba quando todos os setores para todo mundo. Então, todo mundo fiscaliza qualquer local da Prefeitura para poder garantir que seja fiscalizado adequadamente.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Estou procurando aqui o documento que a gente já recebeu para a Vereadora Edir Sales fazer a leitura. E quantas são... Vocês sabem o número exato de quantas são as posturas que cada agente vistor ou o conjunto de agentes vistores tem a obrigação de fiscalizar?

R – Eles são em torno de 540 legislações e juntando todas essas legislações dão em torno de 750 irregularidades diferentes. Então, quando ele vai a campo, ele tem que saber não só a lei, saber qual é a irregularidade que está atrelada a essa legislação para poder aplicar em campo. E antes, ele tinha que saber isso na cabeça. Hoje, ele tem tudo no *tablet*, o que evita que o agente, sei lá, de Parelheiros, lavre um auto de multa diferente de quem está na Sé. Então, ele é padronizado no sistema hoje. Hoje é assim.

P – Quando o Prefeito edita um decreto modificando, por exemplo, a regulamentação da Lei dos *Valets*. Em quanto tempo isso é atualizado no sistema ao qual o *tablet* do agente vistor está conectado?

R – Ah, isso é possível fazer no mesmo dia, porque o sistema já tem uma lógica. A gente recupera tudo o que já foi cadastrado, só faz a atualização. Aí a gente tem que interpretar o decreto para incluir o novo artigo, o valor de multa que foi alterado, alguma base de cálculo. Aí tem um módulo que é de homologação. Eu testo, deu tudo certo, a gente ativa, aí o agente vistor tem que fazer um sincronismo no *tablet* dele. Uma vez feito o sincronismo toda a legislação atualizada vem para o seu *tablet*.

P – Isso só começa a ser feito a partir do momento em que o decreto regulamentado é publicado no Diário Oficial?

R – Isso.

P – E aí, bom, tecnicamente é possível de imediato, mas como o senhor falou, tem um processo, tem gente no meio para fazer isso, para fazer a interpretação e as modificações.

R – Isso.

P – Vocês dispõem de pessoal suficiente para fazer essa atualização em tempo razoável?

R – A gente tem uma equipe lá hoje, que trabalha internamente, de quatro agentes vistores. Então, a gente, além de dar o suporte para a dúvida dos agentes vistores que estão no campo, dos supervisores, para usar o sistema, a gente também trabalha na atualização do sistema assim que uma nova norma é publicada.

P – E aí o sistema foi modificado. Então, quando o agente vistor acessar o sistema atualizado, já está lá. Mas, os agentes vistores recebem algum tipo de comunicação informando: “atenção, o sistema foi atualizado”...

R – Sim, a gente tem um *e-mail*, que é do SGF, que faz as comunicações e as informações para os agentes vistores. A gente, de imediato, manda para o *e-mail* deles, da prefeitura regional, informando da atualização.

P – Para o *e-mail* dele pessoal?

R – Ou a atualização ou a modificação do sistema ou uma melhoria do sistema, que

assim que a Prodam disponibiliza, a gente informa para eles.

P – Eu não estou encontrando aqui o ofício com a resposta sobre o número de agentes vistores.

- Manifestação fora do microfone. (Pausa)

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Por algum erro nosso, aqui, da Câmara... Ah, pronto! Localizei.

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Com licença, o RH nos informou: 421 agentes vistores – 78 estão em vias de se aposentar. Acho que... Não sei se... O RH deve... Porque não passou pela gente... Foi para o RH, que deve ter respondido diretamente à Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – É que a gente recebeu a resposta, aqui, e ele tinha sido agregado na digitalização – a resposta de um outro ofício – e eu não tinha visto antes. Estou vendo agora. E ele está na forma de tabela. A leitura disso não é, assim... Para ficar lendo, aqui, a tabela em voz alta, não vai ser tão amigável assim, mas, qual é a soma, mesmo, então? Quatrocentos e vinte e um?

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA – Quatrocentos e vinte e um agentes vistores totais e 78 que já podem se aposentar. Já têm o tempo de serviço. Então, aí, dependeria de eles quererem se aposentar ou não. Então, eles têm... Hoje, se eles falarem que querem aposentar, amanhã eles já estariam fora.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – E aqui a gente vê que tem uma diferença muito grande no número de agentes vistores por Prefeitura Regional. O que eu não sou capaz de dizer, assim, à primeira vista, é se essa distribuição faz sentido em termos de extensão do território, população e quantidade de atividade econômica. Então, eu vejo, por exemplo... SM é Subprefeitura...?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – São Mateus: sete agentes vistores.

Sé: 34. Não, desculpa. São Mateus: cinco. SB? É difícil lembrar.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Sapopemba tem sete. Lapa: 18. Jabaquara: nove. Itaquera: cinco. Ipiranga: 14. Guaianases: seis. Bom, o número de agentes vistores por Subprefeitura varia de cinco... SM é São Mateus?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Cinco: São Mateus. Cinco: Itaquera. Esse é o menor número de agentes vistores.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – IT é Itaim. Desculpem, Itaim... IQ, Itaquera: nove. O maior número é Sé, com 34. Depois, em segundo lugar, Pinheiros, com 19.

Agora, eu tenho quase certeza de que, quando a representante da Subprefeitura de Pinheiros, da Prefeitura Regional de Pinheiros, esteve aqui, não foi esse o número de agentes vistores informado.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO - E ressalta que podem ter cinco agentes vistores, ou seis, em uma Prefeitura e um ou dois podem estar em cargo de comissão – de supervisor, chefe de unidade -, acaba sobrando...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Não são os que vão a campo mesmo.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO - Acabam sobrando 4 ou 5 para irem a campo.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – É. Então, essa é a próxima informação para entendermos melhor de quantas pessoas, efetivamente, cada Prefeitura dispõe para ir a campo fazer as atividades de fiscalização, quantas estão designadas em outras funções.

Tá. Então, bom. Vamos estudar essa informação aqui para vermos de que outras informações precisamos para fazermos melhor o nosso diagnóstico e formularmos propostas

melhores.

Pergunto aos nossos convidados se, por hoje, tem mais alguma informação importante. (Pausa)

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO - Antes de virmos para cá, entramos no sistema SGF para vermos como estão as fiscalizações do *valet*...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Ótimo.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO -... E vimos que a Lapa está fazendo, em alguns finais de semana, está fazendo vários comandos. Desde 8 de março até o dia 25 de junho, já fez 37 intimações durante os comandos. No último dia 25 de maio, fez nove intimações. No dia 22 de maio, seis. Dia 17 de maio, fez nove.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Essa informação, conseguimos obter consultando o site ou isso é algo que vocês têm acesso?

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO - Só pelo SGF.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Entendi. Se vocês puderem me passar essa informação, agradeço muitíssimo.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO - Isso que foi perguntado, quando o portal da fiscalização estiver disponível, né... E um dos requisitos que colocamos para a Prodam é que as pessoas possam fazer esse tipo de pesquisa, saberem as quantidades de determinada legislação, quando foi atuada, quando foi o último comando.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Perfeito. É, porque por mais agentes videntes que a Prefeitura disponha, nada é mais eficiente do que 12 milhões de pessoas atuando como fiscais também.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO - O diferencial é que, antes de agosto do ano passado, que você fazia uma multa em papel, só eram registrados os dados no sistema, daquela multa. Então, eram dados que ninguém tinha acesso também, porque tinha de acessar um outro sistema, que era rígido, que tinha de ter uma senha especial para saber os dados.

Pelo SGF, você, além de registrar os dados, você registra..., salva o documento que é emitido, a multa que é emitida, e as fotos da irregularidade. Então, fica tudo gravado em sistema e não há possibilidade de ninguém apagar ou perder, né. O que ocorria antigamente era você ter um arquivo físico, pega fogo e você não tem mais aqueles dados. Hoje fica tudo armazenado no sistema.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Essas foram todas as autuações efetuadas? Vocês consultaram o total de prefeituras regionais e foram essas quatro que apresentaram resultado no sistema.

- Isso. Neste ano, a partir dessa nova regulamentação.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Certo. Pergunto à Vereadora Edir Sales se tem mais alguma pergunta?

A SRA. EDIR SALES – Não. Eu creio que, diante das perguntas que a Presidente fez, as respostas foram convincentes. Embora, fique claro, realmente, que precisa aumentar número de agentes vistores, né. Para uma Prefeitura com mais de 12 milhões de habitantes é necessário...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Já foram 1,2 mil, vocês disseram? Ou esse foi um número estimado como desejável?

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO - Em 2002, o estimativo era 1,2 mil.

P – A estimativa de...

R – Agentes vistores.

P – Necessários?

R – Necessários.

A SRA. EDIR SALES – E, agora quatrocentos e pouco, fora os que vão entrar de férias.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO - É, só que o concurso não supriu todas essas vagas, porque ele foi passando, com o passar do tempo, ele caducou e não completou

todo esse quantitativo. E, no passar do tempo, vai o pessoal se aposentando...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) - A gente vai criando mais proibições.

A SRA. EDIR SALES – Agora, aproveitando, ainda tem nesse quadro de quatrocentos e pouco, 450, nós não estamos computando férias, licença médica, então aí é um número bem menor. Então é importante a gente levar isso ao conhecimento da Prefeitura para que tenha um concurso. Quando foi o último concurso?

O SR. CARLOS ROBERTO CANDELLA - Em 2002.

P – Chamaram todos já? Agora já caducou, já passou o prazo.

R – Já caducou.

P – Teria de abrir então um novo concurso.

R – É só, como a senhora tinha falado no início, Vereadora, está tendo um processo de contratação agora para engenheiros e arquitetos.

P – Sim. A contratação direta.

R – Oi?

P – Contratação direta.

R – Não, não, concurso público.

P – Ah, concurso público.

R – Já tem um grupo de trabalho para ver as especificações, para ver o que seria necessário, o perfil do profissional, para fazer esse concurso. É uma área também que, na área de licenciamento de aprovação, também tem essa discrepância, há Prefeituras que têm um número maior, outro menor. Então realmente, e hoje em dia, o novo Código de Obras criou um problema que, antes, você tinha a possibilidade de início da obra senão houvesse nenhum tipo de análise, 30 dias após o protocolamento, ele poderia iniciar a obra desde que o engenheiro seguisse as normas. Então, se ele se propõe ele seguiria independente de estar aprovado. Hoje são 120 dias. É um absurdo, porque quando você vai fazer uma obra você já tem um dinheiro disponível, você já tem um orçamento, você tem a previsão de tempo, porque quando

começa a chover, se não estiver coberto, você para a obra. Então, você imagina esperar 120 dias a partir de um protocolo. Então é o problema que a senhora está falando.

E, além disso, está passando mais dos 120 dias, então, quem está querendo construir, fica assim: “Não, vou começar a construir, daí, indefere o processo...”. Daí, quando indefere, ele não pode continuar a obra, porque aí ele tem de aguardar o... Vamos dizer, passaram os 120 dias “Ah, eu posso iniciar a obra”, inicia, aí por algum problema, faltou documento assim, vai lá, indefere. Daí ele tem de parar a obra, e ele só pode continuar quando for aprovado. Vai saber lá quando vai ser aprovado. Então existe aquele negócio que a gente acabou falando no início: o problema de legislação e também aliado à falta de profissionais para dar uma resposta adequada ao contribuinte.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Vereadora Edir Sales?

A SRA. EDIR SALES – Não, tudo bem, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Quero agradecer a presença e a permanência dos convidados, apesar do desfalque na Comissão. Peço desculpas em nome dos Colegas que, por razões diferentes, não puderam estar aqui para a reunião. Agradeço também a informação trazida espontaneamente e colocar a CPI à disposição para receber informações que vocês considerem úteis e necessárias para que a gente produza um relatório realmente propositivo.

Então, por favor, não dependam só de nós pedirmos informações, o que vocês entenderem que é importante para nós, atualizações, novidades, aperfeiçoamentos, necessidades, nos informem, por favor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião de trabalho.